



Vol. I nº 1 jan./jun. 2006

p. 315-320

A RECONFIGURAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM OLHAR PARA OS PROJETOS PEDAGÓGICOS

Carmen Célia Barradas Correia Bastos¹

A reforma da educação superior brasileira, proposta pelo atual governo, tem se consubstanciado em diferentes ações e políticas. No entanto, a discussão curricular propriamente, já vem sendo pautada desde o primeiro governo do Fernando Henrique Cardoso, com a Lei de Diretrizes Básicas para a Educação Nacional - LDBEN 9394/96 - que tem a flexibilidade e a avaliação como eixos articulados da reconfiguração curricular da educação superior no Brasil.

A discussão sobre o desengessamento dos currículos, já tem mais de uma década de existência: A Lei 9131/95 ao criar o Conselho Nacional de Educação (CNE), definiu como uma das suas competências, deliberar sobre as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação. Homologada a LDB em 1996, o inciso II do artigo 53, cria a necessidade de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação e permite a eliminação dos chamados currículos mínimos, tornando os currículos mais flexíveis.

A reforma curricular dos cursos universitários teve início efetivamente, com a Secretaria de Educação Superior / MEC em 1997, quando esta lançou o Edital de número 04, estabelecendo modelos de enquadramentos das propostas de diretrizes curriculares, a partir de sugestões vindas das IES.

Na seqüência dos encaminhamentos legais para a Regulamentação da LDB, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01), que em seus objetivos e metas, prevê o estabelecimento, em âmbito nacional, de diretrizes que assegurem a flexibilidade dos currículos de graduação.

O Conselho Nacional de Educação através da Câmara de Ensino Superior –CES tem procurado orientar e informar as universidades sobre as Diretrizes, numa tentativa de promover uma orientação comum a todas as áreas de conhecimento, garantido minimamente alguns pontos que as diretrizes devem contemplar. (Parecer 583/2001).

As universidades foram se reorganizando a partir da última década do Século XX, no que diz respeito aos seus projetos pedagógicos, dentro deste cenário legislativo que chamamos de reconfiguração curricular da educação superior brasileira.

PROJETOS PEDAGÓGICOS E FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA: QUAL A RELAÇÃO?

O que passamos a apresentar é parte dos resultados da pesquisa que chamamos de “os sentidos dos projetos pedagógicos no processo de reconfiguração curricular da educação superior brasileira: o caso da Unioeste/PR”, realizada no período de 2003/2004, portanto no momento de reconstrução de alguns projetos pedagógicos, a partir das novas determinações legais de uma reconfiguração curricular, momento em que são conferidos aos cursos de graduação, mais flexibilidade estrutural, considerando-se a eliminação dos currículos mínimos, que caracterizavam a legislação anterior.

O conhecimento sobre o atual movimento de reformas que tem caracterizado o mundo contemporâneo deve ser comprometido, da nossa parte, com ações críticas e transformadoras. O tempo de globalização e de domínios do mercado também é um tempo de exclusão. Há riscos de se promoverem mais facilmente exclusões sociais, se não estivermos atentos a questões que aparentemente não se vinculam com movimento de reformas do mundo atual: a formação dos alunos, pensada e articulada nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, pode promover a exclusão ou limitar sua atuação profissional, se não forem articulados conhecimentos necessários para que o estudante possa vir a superar os desafios das dinâmicas condições de exercício profissional, exigidas pela sociedade contemporânea.

A condição da pesquisa, caracterizada pela inserção no trabalho de acompanhamento das reformulações dos projetos pedagógicos tem nos confirmado a importância da reorganização pedagógica dos cursos. Entendemos que esta não deve se dar tão somente na perspectiva de responder aos ditames do mercado de trabalho, como eixo norteador das mudanças, mas fundamentalmente, como formação de sujeitos com competência para o mundo do trabalho com atuação profissional inovadora contribuindo para uma sociedade mais humana, mais solidária e não essencialmente tecnológica.

Como docente de uma universidade pública e com preocupações inerentes às questões referentes à educação superior, percebemos no momento histórico atual a relevância e a necessidade de conhecer a dinâmica da reorganização pedagógica da instituição para, a partir da compreensão estabelecida pela pesquisa no doutorado, dar seqüência ao trabalho na intenção de efetuar um diálogo com os cursos de graduação da instituição.

A abordagem metodológica do estudo é de base qualitativa, na especificidade de uma análise compreensiva do fenômeno – os projetos pedagógicos – cuja estrutura e essência são demonstrados nos textos que os compõem.

A pesquisa na modalidade “análise da estrutura do fenômeno situado” é apresentada e fundamentada por Martins & Bicudo (1989). Esta modalidade de pesquisa é indicada para o campo das ciências humanas e se situa no âmbito da pesquisa qualitativa.

Deste modo, os projetos pedagógicos dos cursos de graduação (e também as suas respectivas Diretrizes Curriculares) foram exaustivamente lidos, com a intenção de formar-se um sentido para o conjunto das proposições. Este exame não foi desenvolvido como inspeção intelectual do pensamento alheio, nem como busca de coincidência com tal pensamento. Procuramos manter a adequada distância, deslizando para o interior dos projetos pedagógicos, com o fim de pensar “neles” e “com eles”. Neste movimento de percepção, construímos a descrição de cada curso. Descrever um projeto pedagógico de determinado curso é apresentá-lo de forma que se expressem as idéias dos sujeitos que o elaboraram, naquilo que é significativo para a intenção de pesquisa. As descrições representam as afirmações relevantes – retiradas dos projetos pedagógicos – que caracterizam o fenômeno analisado de forma precisa e expressiva.

A produção dos sentidos que buscamos nos projetos pedagógicos tem relação com o contexto sócio-histórico-ideológico em que se situam e se vinculam a universidade, o curso e a sociedade. Entendemos a expressão “sentido” de acordo com Orlandi (2001, p. 46), que o identifica como uma relação determinada do sujeito com a história, com o social e o político.

Os sentidos, portanto, estão nos textos dos projetos pedagógicos construídos pelos sujeitos históricos (professores, alunos) e evidenciados pela análise compreensiva, empreendida e confrontada com as construções teóricas do nosso referencial.

Os projetos pedagógicos mostraram-se a partir da análise dos significados de suas descrições, que têm, na sua dimensão pedagógica, o compromisso em que se fundamenta a função da universidade. O envolvimento dos sujeitos — docentes e estudantes — com a construção e a implementação do projeto pedagógico dos cursos, torna-os autores e atores de um momento da universidade que se reveste de grande importância na vida de todos: a dimensão formadora universitária diante dos desafios da sociedade contemporânea.

Nossa intenção de pesquisa foi compreender que sentidos têm os projetos pedagógicos em relação a um momento histórico que tem imposto reformas curriculares configuradas no discurso de uma flexibilidade, de uma autonomia em meio a uma crise de identidade da universidade.

A construção dos projetos pedagógicos na universidade tem sido uma tarefa coletivamente vivenciada, e muitas vezes passa por um longo período de gestação intelectual. Como resultado final, o que se percebe nos projetos pedagógicos analisados é uma preocupação com a formação que dê conta de atender ao mercado de trabalho, numa concepção de universidade que deve formar recursos *humanos*, sendo que, na maioria dos casos, o conhecimento técnico sobreleva este

“humano”. Refletindo, com Goergen (2002, p. 75), que “indivíduo (humano) e a coletividade (humana) representam a razão de ser da universidade da qual ela não pode desviar-se”, afirmamos que, para esta relação, é imprescindível a reflexão dentro da universidade, sobre a formação universitária.

A universidade, de acordo com Dias Sobrinho (2002, p. 17), tem mantido um estreito vínculo com a indústria, estabelecendo relações com o setor produtivo e se preocupando exacerbadamente com a capacitação para o trabalho, privilegiando o desempenho, o conhecimento útil, operacional e aplicável. Para este contexto, a formação do aluno pensada nos projetos pedagógicos analisados, indicada pelas diretrizes e formulada pelos próprios sujeitos que os vivenciam é a de um profissional generalista, entendido como aquele que atende amplamente os setores do mercado. Mas a universidade não é intencionalmente criada para a aquisição de saberes técnicos. É, e deve ser, voltada para produção de conhecimentos e formação humana.

Que dimensão do humano cabe à universidade formar? Concordamos ainda com Dias Sobrinho (2002, p. 19), quando dimensiona a formação acadêmica para a técnica, a ética, a política, o social, isto é, todos os aspectos que tem a ver com o desenvolvimento material e espiritual do indivíduo e da sociedade.

Neste entendimento, igualmente necessária é uma educação superior que aborde a participação política e a responsabilidade social de professores e alunos, pois é preciso discutir sobre as utilizações construtivas e socialmente válidas da tecnologia, base essencial de uma educação que resgate valores humanos.

Os cursos de graduação das universidades brasileiras, tendem a não valorizar o aspecto da formação humanista. Percebemos que, mesmo diante de uma flexibilidade curricular — portanto, diante de uma possibilidade de se criarem espaços acadêmicos que permitam um avanço na superação da formação técnica — vê-se o uso desse espaço preenchido por mais disciplinas que tragam uma generalização do conhecimento, em detrimento das reflexões que poderiam estar humanizando mais o conhecimento no âmbito da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade na dimensão ora discutida, ou seja, formadora de sujeitos, deve buscar a formação mais humanista dos alunos. Este é um dever que envolve os professores, pois a estes cabe a responsabilidade de resgatar a unidade do saber acadêmico, pelo menos naquilo que se converte no dado mais significativo da atualidade, que é a integração do ser humano no mundo do trabalho, com níveis de conhecimentos

que respeitem os outros, que traga solidariedade, relacionamentos éticos e profundo respeito pela natureza. A intenção deve ser a de promover no aluno, uma superação do conhecimento tecnicista, que é reducionista e leva a vida do estudante como submissa à idéia de função e ofício especializado que tende a fazer do estudante “nada mais que um rolamento intercambiável da máquina social”(cf. MAFESSOLI, 1995, p. 114).

Entendemos que a universidade deve fazer uma auto-reflexão para compreender e se empenhar nos encaminhamentos das ações que levem um grande significado à formação dos seus alunos. Que este tenha um estreito vínculo com o sentido humano, ético, para que o desenvolvimento científico e tecnológico da nossa sociedade seja impulsionado pelo compromisso responsável por melhores condições de vida de todos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e bases da educação nacional**.
- _____. _____. **Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação**. Brasília. 1997
- CATANI, A. *et al.* Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação. In: **Educação & Sociedade**. Campinas, Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), nº 75, p. 67-83, 2001.
- DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação democrática: por uma universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002.
- GOERGEN, P. Ensino superior e formação: elementos para um olhar ampliado de avaliação. IN: DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação democrática: por uma universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002, p. 69-97.
- MAFESSOLI, M. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- MARTINS, J. & BICUDO, M. A. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Editora Moraes, 1989.
- ORLANDI, E. **Análise e discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.
- SEVERINO, A. J. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.
- _____. Educação, trabalho e cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, v. 14, nº 2, 2000.
- VEIGA, I. P. A. Projeto político pedagógico: continuidade ou transgressão para acertar? In: CASTANHO, S. **O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora**. Campinas: Papirus, 2000.

NOTAS

- ¹ Doutora em Políticas de Educação e Sistemas Educativos pela UNICAMP, professora do Colegiado de Pedagogia , Campus de Cascavel – UNIOESTE.